



**Correio Manhã**

27-01-2020

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 115581

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 1853 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/10/11

**JUSTIÇA** **SÓ 19 DOS 280 TRIBUNAIS TÊM BOTÃO DE PÂNICO** P.10 E11



## INSEGURANÇA NA JUSTIÇA

### MAGISTRADOS | SALAS MAIS SEGURAS

Há muito que os juizes reclamam a presença permanente de forças policiais nos edifícios dos tribunais 24 horas por dia. Pedem ainda um modelo de salas de audiência mais seguras, com barreiras fortes de separação entre a posição onde estão os arguidos, as testemunhas e o público.

ESTUDO REVELA



### PORMENORES

#### Distribuídos pelo País

Dos 19 tribunais seguros de Portugal dois são nos Açores, quatro no distrito de Aveiro, um em Braga, dois em Coimbra, sete em Lisboa (Norte e Oeste), um em Setúbal, um em Santarém e um no Porto.

#### Botões inoperacionais

Em 12 tribunais, o estudo revela que os botões não estão operacionais ou que não estão instalados em todas as salas do edifício: cinco em Aveiro, um em Beja, um em Lisboa Norte, dois em Santarém e três em Setúbal.

### Estudo realizado ao novo mapa judiciário

O estudo foi realizado após a implementação do novo mapa judiciário - com uma concentração dos serviços em instâncias centrais e com a diminuição de valências em alguns edifícios. É o único estudo realizado a nível da segurança em tribunais. ●



Serviços foram concentrados

Apenas 19 edifícios de tribunais têm botões de pânico instalados e operacionais no interior de todas as salas de audiências, onde decorrem os julgamentos

# Só 19 tribunais têm botões de pânico

**BALANÇO** ◊ Levantamento feito em 280 edifícios revela grave falta de segurança para procuradores e juizes **JUSTIÇA** ◊ 12 tribunais têm mecanismo de alerta mas, em alguns casos, estão inoperacionais

NELSON RODRIGUES

O estudo foi feito pela Direção-Geral da Administração da Justiça a 280 instalações de tribunais de Portugal continental e ilhas. Desses edifícios, concluiu-se que apenas 19 apresentam condições de segurança para juizes, procuradores e funcionários judiciais, uma vez que têm instalados botões de pânico, operacionais, e em todas as salas. O distrito de Lisboa é o que tem mais condições, com sete tribunais seguros - cinco são edifícios do Campus de Justiça. No Porto há apenas um tribunal com o sistema.

O mesmo estudo refere que há outros 12 tribunais que têm o

botão de pânico instalado, mas há situações em que o mesmo não está operacional e, noutros casos, não funciona em todas as salas. O distrito de Aveiro é o que apresenta maior debilidade neste campo, com cinco tribu-

#### EM LISBOA HÁ 7 EDIFÍCIOS COM SEGURANÇA. NO PORTO HÁ APENAS UM

nais que oferecem este mecanismo de segurança ao normal funcionamento dos serviços, mas que não funciona.

No levantamento efetuado pelo estudo verificou-se ainda que algumas das instalações não possuem qualquer sistema de

deteção e alarme de incêndio e a segurança contra intrusão também se encontra deficiente - em alguns casos a existente não desencadeia nenhuma comunicação para serviços de segurança. E muitos dos sistemas de videovigilância estão obsoletos.

Há muito que a Associação Sindical de Juizes Portugueses pede segurança nos edifícios. "Em caso de haver uma situação inesperada, o botão de pânico permite uma resposta mais rápida, sinalizando logo que algo de muito grave está a acontecer", apontou Maximiliano Vale, do sindicato. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



Governo prometeu reforço após agressão no Tribunal de Matosinhos

### "Empenhados no reforço da segurança"

"Continuamos fortemente empenhados no reforço da segurança nos nossos tribunais, nomeadamente através da implementação de botões de pânico, sistemas de videovigilância e de deteção de metais". Foi esta a resposta do Ministério da Justiça aquando da agressão às duas magistradas do Tribunal de Matosinhos. ●

SINDICATO | **"FALTA DE SEGURANÇA"**

**M**aximiliano Vale, da delegação Norte da Associação Sindical de Juizes Portugueses, criticou as agressões ocorridas em janelo no gabinete da juíza, no Tribunal de Família e Menores de Matosinhos, durante uma diligência. "Há falta de segurança generalizada nos tribunais", alertou.



ESTUDO | **PLANTAS E TABELAS**

**O ESTUDO É COMPOSTO POR DEZENAS DE TABELAS E POR PLANTAS DOS TRIBUNAIS, INDICANDO OS LOCAIS ONDE PODERIA SER MELHORADA A SEGURANÇA DO EDIFÍCIO.**

NETO DE MOURA | **JUIZ MUDA DE NOME**

**O** juiz desembargador Neto de Moura, que gerou polémica ao citar a Bíblia e o Código Penal de 1886 num acórdão por crimes de violência doméstica, mudou o seu nome profissional. As decisões do magistrado do Tribunal da Relação do Porto surgem agora assinadas por Joaquim Moura, possivelmente para se afastar da controvérsia.



Promessa de 35 tribunais seguros

**Q**ue estudo foi enviado ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, que chegou a afirmar que os meios de segurança iriam ser instalados em 35 edifícios, em 2017. ●

Faltam pórticos e detetores de metais

**Q**ue estudo reporta que alguns dos tribunais não têm inspeção corporal de pessoas (pórticos e raquetes detetoras de metais) para correta prevenção. ●



Susana Cláudia está a aguardar o julgamento em prisão preventiva por ter agredido uma juíza e uma procuradora, durante uma diligência de poder paternal

# Arranha procuradora e dá murros a juíza

**Q**ue caso mais recente de violência ocorreu no Tribunal de Família e Menores de Matosinhos - que funciona no mesmo edifício do tribunal judicial. Aconteceu a 15 de janeiro e uma juíza e uma procuradora foram espancadas. A agressora, Susana Cláudia, de 39 anos, estava numa diligência de regulação de poder paternal quando partiu para a violência dando murros na magistrada e atirando-lhe um candeeiro.

Já a procuradora, Susana Cláudia apertou o pescoço e arranhou-a na cara, quando esta lhe deu voz de detenção. A arguida foi impedida de fugir do edifício pelos vigilantes do tribunal, uma vez que não estaria nenhum elemento da PSP nas instalações. A arguida acabou por ficar em prisão preventiva, indiciada por três crimes - dois de ofensas à integridade física qualificada e coação contra órgão constitucional. ●

**RETIDA POR VIGILANTES POR NÃO HAVER AGENTE DA PSP NO TRIBUNAL**